



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DE PROJETOS DE EXTENSÃO DO IFPE

**UNIVERSITY OUTREACH AND LOCAL DEVELOPMENT:
PERCEPTION ANALYSIS OF IFPE OUTREACH PROGRAM
DIRECTORS**

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DE PROJETOS DE EXTENSÃO DO IFPE

UNIVERSITY OUTREACH AND LOCAL DEVELOPMENT: PERCEPTION ANALYSIS OF IFPE OUTREACH PROGRAM DIRECTORS

Marcelo Dantas¹ | Mariana Guenther²

Recebimento: 30/07/2022

Aceite: 21/03/2024

¹ Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável (UPE). Recife – PE, Brasil.
E-mail: marcelo.wanderley@upe.br

² Doutora em Oceanografia (USP).
Docente na Universidade de Pernambuco.
Recife – PE, Brasil.
E-mail: mariana.guenther@upe.br

RESUMO

As Instituições de Ensino Superior e de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são responsáveis pela produção e disseminação dos conhecimentos acadêmicos, científicos e tecnológicos, tendo a Extensão Universitária um papel fundamental enquanto campo de práticas comunicativas entre as instituições de ensino e a comunidade local. O objetivo deste estudo foi avaliar a contribuição da Extensão Universitária na promoção do desenvolvimento local, com base na experiência dos coordenadores de projetos de extensão desenvolvidos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Para tal, foi aplicado um questionário eletrônico estruturado com 27 questões objetivas (de múltipla escolha) e discursivas. Os resultados dessa pesquisa mostram que os coordenadores reconhecem que o ser humano deve ser o principal beneficiado do desenvolvimento local e que sua transformação direta ou indireta deve integrar os objetivos dos projetos de extensão para que se tenha, de fato, um impacto social. Além disso, o envolvimento das comunidades é fundamental para que se alcance resultados efetivos. Concluímos, a partir desta pesquisa com base na percepção dos coordenadores dos projetos de extensão, que os projetos desenvolvidos pelo IFPE contribuem para a promoção do desenvolvimento local através da integração das atividades desenvolvidas e do reconhecimento do ser humano como principal beneficiário do processo de mudança.

Palavras - chave: Instituições de ensino superior. Instituições de educação profissional, científica e tecnológica. Pernambuco. Desenvolvimento regional

ABSTRACT

Higher Education Institutions and Professional, Scientific, and Technological Education Institutions produce and disseminate academic, scientific, and technological knowledge, and university outreach plays a fundamental role in the field of communicative practices between educational institutions and the local community. This study aimed to assess the contribution of university outreach in promoting local development, based on the experience of directors of outreach programs developed at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco (IFPE). To that, a structured electronic questionnaire with 27 objectives (multiple choice) and discursive questions was applied. The survey results show that the directors recognize that human beings should be the main beneficiaries of local development and that their direct or indirect transformation should be part of the outreach program goals to have a real social impact. In addition, involving communities is key to achieving effective results. Based on the perception of the outreach program directors, we conclude that the actions developed by IFPE contribute to promoting local development by integrating the activities developed and recognizing the human being as the main beneficiary of the change process.

Keywords: Higher education institutions. Professional, scientific, and technological education institutions. Pernambuco. Regional development.

INTRODUÇÃO

Sob os fundamentos do tripé universitário, mediante o desenvolvimento das atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, as Instituições de Ensino Superior (IES) e de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) são responsáveis pela produção e disseminação dos conhecimentos acadêmicos e científicos e pela extensão de seus benefícios às comunidades nas quais estão inseridas, a partir do atendimento de demandas específicas (Brasil, 1988, 2008).

Historicamente, a extensão passou por diversos momentos que vão do assistencialismo religioso à interação dialógica (Oliveira; Goulart, 2015). No Brasil, os caminhos percorridos pela extensão nos remetem à oferta de cursos e conferências, à prestação de serviços, ao assistencialismo, ao cumprimento da função social da universidade, ao estabelecimento de uma via de mão dupla entre a universidade e a sociedade e à promoção da formação cidadã (Ferreira; Silva; Zanatta, 2012; Paula, 2013; Oliveira; Tosta; Freitas, 2020).

Concebida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012), é por meio da extensão que as IES e Instituições de EPCT buscam promover a *práxis* do



conhecimento acadêmico, através da qual se possibilita o estabelecimento de uma relação profunda, recíproca e transformadora com a sociedade (Gaviraghi; Goerck; Frantz, 2019).

Em face das desigualdades decorrentes da institucionalização da extensão frente às atividades de pesquisa e ensino, dada a sua consubstancial relevância no contexto universitário, a curricularização das atividades de extensão surgiu como forma obrigatória e sistemática de promover a superação da desagregação das atividades docentes no âmbito ensino-pesquisa-extensão (Oliveira; Tosta; Freitas, 2020).

Apesar dos avanços galgados pela extensão ao longo dos anos, não só como função acadêmica da universidade, mas como exercício participativo que promove a própria reflexão sobre a comunidade acadêmica em seu cotidiano e em seu território, como destacam Ferreira, Silva e Zanatta (2012), a prática ainda se apresenta como um desafio.

Nesse sentido, a extensão universitária vem se caracterizando como um campo de práticas comunicativas entre as Instituições de Ensino Superior e de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o contexto socio comunitário, por meio do qual se estabelece uma relação mútua e dialógica entre os diversos atores sociais, que geram ações concretas e contextualizadas numa determinada realidade social, permitindo o engajamento dos atores nas transformações de suas questões sociais (Freire, 2011; Correia; Akerman, 2015).

No Brasil, a promoção do desenvolvimento local e regional está, cada vez mais, relacionada com o papel das IES e Instituições de EPCT. O conjunto das ações e atividades desenvolvidas por essas instituições assume um posicionamento estratégico relevante para o processo de desenvolvimento do país, contribuindo para o crescimento socioeconômico local e regional e, conseqüentemente, para a valorização e o empoderamento dos seus cidadãos (Dantas; Guenther, 2021).

Para Dantas e Guenther (2021), as bases históricas e conceituais da extensão universitária e do desenvolvimento local se correlacionam de forma clara e direta, visto que ambas direcionam esforços para o atendimento de demandas sociais decorrentes de um processo histórico de desigualdades provenientes de um processo desenfreado de desenvolvimento industrial e econômico.

Em um contexto onde as bases conceituais do desenvolvimento local estão direcionadas ao atendimento de demandas sociais em decorrência de um processo histórico de desigualdades, a extensão universitária emerge como uma possibilidade de troca de saberes acadêmicos e populares que



tem, por consequência, não só a democratização do conhecimento, mas, igualmente, uma produção científica, tecnológica e cultural enraizada na realidade e comprometida com as necessidades nacionais, regionais e locais (Diniz; Vieira, 2015; Gadotti, 2017).

Sendo assim, a presente pesquisa teve como objetivo avaliar a contribuição da extensão universitária na promoção do desenvolvimento local, usando como base a experiência dos coordenadores de projetos de extensão desenvolvidos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido no IFPE, autarquia federal de educação profissional, científica e tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criado pela Lei nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008).

Atualmente, o IFPE encontra-se composto por 16 *campi* (Abreu e Lima, Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares, Paulista, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão), distribuídos nas quatro mesorregiões do estado de Pernambuco (Região Metropolitana, Zona da Mata, Agreste e Sertão), além de 11 polos de Educação a Distância - EaD (IFPE, 2020) (Figura 1).

Figura 1 | Localização espacial da distribuição dos 16 *campi* e dos 11 polos de educação a distância do IFPE no estado de Pernambuco



Fonte: IFPE, 2020, p. 20. Disponível em: https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ifpe-2019_tcu.pdf



Com uma estrutura pluricurricular e *multicampi* e uma proposta educacional voltada para a verticalização do ensino, a Instituição oferta 282 cursos distribuídos nos mais diversos níveis de ensino e modalidade de formação, além de cursos de qualificação profissional voltados para a educação de jovens e adultos (PROEJA) que atendem a mais de 24.147 estudantes. Além disso, a instituição também desenvolve pesquisa básica e aplicada, inovação tecnológica e atividades de extensão (IFPE, 2019, 2020). A extensão geográfica do IFPE demonstra o alcance das ações de formação e qualificação desenvolvidas pela Instituição no estado de Pernambuco e adjacências, repercutindo, positivamente, na vida das pessoas e no ambiente em que estão inseridas, com impacto também no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (IFPE, 2020).

Esta pesquisa se baseou em questionários aplicados com os coordenadores dos projetos de extensão cadastrados no Programa Institucional para Concessão de Bolsas de Extensão (PIBEX) do IFPE. Portanto a metodologia utilizada caracteriza-se como quali quantitativa, de caráter descritivo e exploratório. Segundo Tozoni-Reis (2009), como a abordagem quantitativa debruça-se sobre a ênfase dada aos dados visíveis e concretos e a abordagem qualitativa concentra-se na compreensão e interpretação dos conteúdos, adentrando no mundo dos significados e das relações humanas, não há razão para colocar em oposição estas abordagens, visto que é possível dar uma abordagem qualitativa às análises dos dados quantitativos.

Para a análise dos dados qualitativos, foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) em três etapas: pré-análise (por meio de leitura dinâmica para identificar potenciais relações da pesquisa), exploração do material (identificação das unidades de registro e de contextos) e tratamento dos resultados (categorização, análise e interpretação dos dados e significados e inferência). As categorias de análise tiveram como referência as propostas de desenvolvimento local endógeno dos autores Ávila (2000, 2005, 2006, 2012), Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat (2009), Han (2009), e Sousa e Freiesleben (2018).

Em função da pandemia de COVID-19 que assolou o mundo, desde o início do ano de 2020, e a necessidade de isolamento social e trabalho remoto para conter a transmissão do vírus, os questionários foram aplicados de forma remota. Utilizamos, portanto, como instrumento de coleta de dados, um questionário eletrônico estruturado, por meio da plataforma virtual *Google Forms*.



O questionário foi composto por 27 questões divididas em três seções: 1) identificação dos participantes da pesquisa; 2) identificação dos projetos de extensão coordenados pelos participantes da pesquisa; 3) identificação da percepção dos coordenadores quanto: (a) a importância da participação das comunidades atendidas e as contribuições dos projetos de extensão; (b) a relação entre a extensão universitária e o desenvolvimento local; e (c) a capacidade dos projetos em promover: a valorização humana e o envolvimento do ser humano como beneficiário do próprio desenvolvimento (sujeito do seu próprio desenvolvimento); a valorização das capacidades, competências e habilidades internas; a transformação social, cultural, econômica e política, onde os beneficiários são os indivíduos de uma determinada localidade; o aproveitamento de potenciais próprios inerentes à localidade.

O questionário continha perguntas abertas e fechadas, com o intuito de avaliar o potencial dos projetos de extensão desenvolvidos pelo IFPE na promoção do desenvolvimento local das comunidades beneficiadas, sob o ponto de vista dos coordenadores dos projetos. As perguntas abertas foram utilizadas como mecanismo de obtenção de informações mais subjetivas, enquanto as perguntas fechadas tiveram como escala o tipo *Likert* de 1 a 5, sendo: 1) Muito importante/Muito boa/Sim, totalmente; 2) Importante/Boa/Sim, em parte; 3) Neutra/Normal/Não; 4) Pouco importante/Ruim/Não sei opinar; 5) Nada importante/Muito ruim/Não se aplica. Opções múltipla escolha como alternativas de respostas também fizeram parte das perguntas fechadas. A partir dos resultados, utilizou-se a estatística descritiva, por meio do uso do *software* IBM SPSS *Statistics*, versão 28.0.0.0 (190), para examinar as informações deste estudo, que buscou perceber a organização dos dados e sua frequência para então sumariá-los e analisá-los.

A amostra dos coordenadores dos projetos de extensão que participaram da pesquisa foi definida de acordo com a metodologia utilizada para a coleta de dados, a partir da aplicação do questionário, sendo a mesma classificada como não probabilística (intencional), uma vez que foram definidos critérios pelos próprios autores, ou seja, que os coordenadores respondentes seriam aqueles que possuíam projetos de extensão cadastrados no PIBEX do IFPE com recorte temporal de 2017 a 2019 (Oliveira, 2011).

Por não fazer uso de uma forma aleatória de seleção da amostra, a amostragem não probabilística é caracterizada por não permitir determinados tratamentos estatísticos (Lakatos; Marconi, 2017). De acordo com Oliveira (2011, p. 30-31) a amostragem não probabilística “é um tipo de amostragem em que existe uma dependência, pelo menos em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador



de campo para a seleção dos elementos da população para compor a amostra”. Fontanella *et al.* (2011, p. 389) ressaltam que as amostras não probabilísticas intencionais são aquelas definidas “a partir da experiência do pesquisador no campo da pesquisa, numa empiria pautada em raciocínios instruídos por conhecimentos teóricos da relação entre o objeto de estudo e o *corpus* a ser estudado”.

De acordo com os arquivos compartilhados pela Pró-reitora de Extensão (PROEXT) do IFPE, estão cadastrados 588 coordenadores de projetos de extensão entre os anos de 2017 e 2019. Entretanto, ao considerar que os coordenadores poderiam renovar os seus projetos por mais de um ano ou submeter um novo projeto ao edital do PIBEX do IFPE, e ao confrontar os nomes dos coordenadores ao longo do período proposto para o estudo, excluídas as repetições dos nomes, temos um total de 373 indivíduos. Seguindo as recomendações da metodologia não probabilística intencional para a coleta de dados, a amostra obtida foi de 68 indivíduos.

Após a apresentação da pesquisa aos interlocutores, este estudo contou com a assinatura eletrônica do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos entrevistados, segundo a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012), aprovada pela Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade de Pernambuco (CEP-HUOC/PROCAPE) sob o Parecer nº 4.634.229 – CAAE 42403721.0.0000.5192 (registro identificador da pesquisa).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados e discutidas os resultados da análise do questionário eletrônico, dividido em 5 partes: a caracterização do perfil dos participantes da pesquisa; a caracterização dos projetos de extensão desenvolvidos; a percepção dos coordenadores quanto à importância da participação da comunidade atendida e as contribuições dos projetos de extensão desenvolvidos; a percepção dos coordenadores sobre a relação entre a Extensão Universitária e o Desenvolvimento Local e a avaliação do potencial dos projetos de extensão na promoção do Desenvolvimento Local.

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O universo de participantes da pesquisa foi composto por 68 coordenadores de projetos de extensão, entre docentes e técnicos administrativos, do IFPE, que possuíam projetos cadastrados no PIBEX, no período de 2017 a 2019. Em relação aos dados sociodemográficos, o grupo analisado



demonstrou-se bastante equalitário quanto ao gênero, onde 50% dos entrevistados se identificou como feminino, e 50% masculino. A maioria dos participantes é composta por docentes (85%), sendo os demais 15% formados por servidores técnico administrativos. Quanto à faixa etária dos coordenadores, a maioria (51,5%) possui idade entre 30 e 39 anos.

Em relação ao tempo de serviço na instituição, 82% possui mais de 5 anos de atuação no IFPE e 13% tem entre 3 e 5 anos. Quanto à área de formação, o conjunto analisado se distribui em uma grade diversidade de áreas: Enfermagem (13%); Administração/Gestão e Negócios (9%); Computação (9%); Biologia (7%); Educação/Letras (7%); Eletroeletrônica/Engenharia elétrica/Engenharia eletrônica (7%); Geografia (7%); Ciências Agrárias/Agronomia (6%); Segurança do Trabalho (4%); Ciências Sociais/Sociologia/Serviço Social (3%), Engenharia Ambiental (3%); Turismo (3%); Alimentos (1,5%); Artes Visuais (1,5%); Gastronomia (1,5%); Informação e Comunicação (1,5%); Jornalismo (1,5%); História (1,5%); Matemática (1,5%); Música (1,5%); Produção Cultural (1,5%); Produção Animal (1,5%); Docência (1,5%); Psicologia (1,5%); Química (1,5%) e Recursos Naturais (1,5%). No que diz respeito à titulação dos entrevistados, a maioria dos respondentes é mestre (47%), e doutor (41%), os demais tem, pelo menos, um curso de especialização (12%).

CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDOS

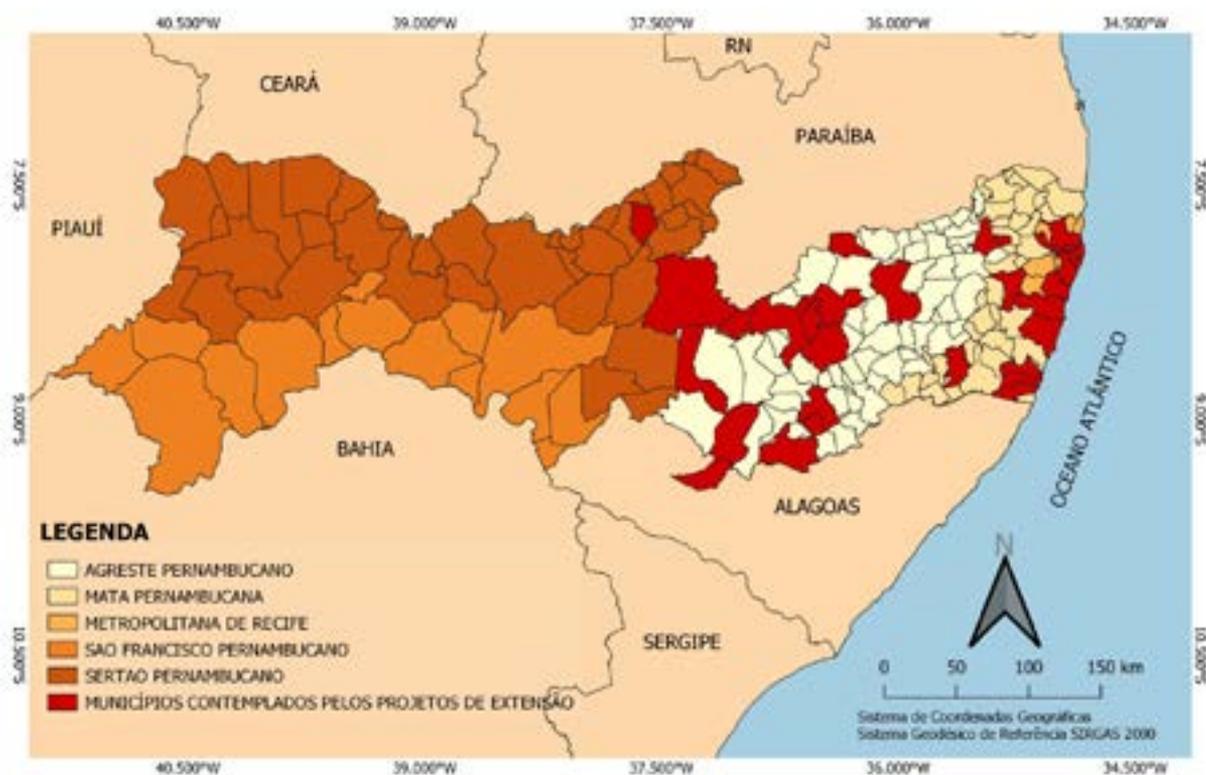
As áreas temáticas dos projetos de extensão coordenados pelos entrevistados foram bastante diversas, sendo 25% de Educação, 18% de Saúde, 18% de Tecnologia e Produção, 13% de Cultura, 10% de Meio Ambiente, 10% de Trabalho, 4% de Direitos Humanos e 2% de Comunicação.

Considerando que o IFPE possui uma estrutura pluricurricular e *multicampi*, composta por 16 unidades, tivemos uma importante representatividade quanto à abrangência por *campus* dos respondentes, destacando-se o *campus* Recife (24%), como esperado, uma vez que se trata de um *campus* com maior número de servidores e com uma alta adesão aos projetos de extensão na instituição, e em segundo lugar o *campus* Pesqueira, origem de 16% dos respondentes.

Com relação às comunidades contempladas pelos projetos de extensão coordenados pelos participantes da pesquisa, foram atendidos ao todo 30 municípios distribuídos ao longo de quatro mesorregiões (Região Metropolitana, Zona da Mata, Agreste e Sertão) do estado de Pernambuco, com extensão até o município de Santana do Ipanema - AL (Figura 2).



Figura 2 | Localização dos municípios contemplados pelos projetos de extensão coordenados pelos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores

A PERCEÇÃO DOS COORDENADORES QUANTO À IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ATENDIDA E AS CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDOS

Quando questionados sobre a existência de experiência como coordenador de projeto de extensão, quando do desenvolvimento do seu projeto, 60% dos entrevistados já possuía experiência com projeto de extensão e 40% não possuía.

A experiência com projetos de extensão é um fator importante a ser considerado, pois a mesma pode influenciar nos caminhos adotados, na relação profícua com a comunidade envolvida e na busca de impactos significativos ao território destinado à ação extensionista (Correia; Akerman, 2015). Todavia, acredita-se que a vivência e a aproximação com a comunidade a ser atendida estimula uma melhoria contínua no prazo destinado ao projeto e um reconhecimento de suas diferenciações quando comparada à pesquisa (Diniz; Sousa; Souza, 2021).

Sabe-se que a *práxis* extensionista consiste no processo de intervenção e relação entre a comunidade local e os agentes que coordenam os projetos ou programas de extensão. No entanto, o envolvimento e a preocupação com o real impacto nas comunidades atendidas são imprescindíveis para um projeto de extensão bem-sucedido e para um processo de desenvolvimento daqueles que nele estão inseridos (Gaviraghi; Goerck; Grantz, 2019).

Nessa perspectiva, buscou-se perceber a importância atribuída pelos coordenadores dos projetos de extensão na participação da comunidade no desenvolvimento dos projetos. Nesse contexto 85% dos entrevistados afirmou ser muito importante a participação das comunidades beneficiadas no desenvolvimento dos projetos extensionistas. Tais respostas convergem com as orientações de Costa, Alperstedt e Andion (2021), que ressaltam a importância da comunidade para a construção de uma efetiva prática extensionista.

Decerto, como afirmam Ferreira, Silva e Zanatta (2012), as experiências participativas promovidas pelos projetos de extensão transpõem as barreiras decorrentes do escopo tradicional de educação e proporcionam uma vivência de impacto real entre os estudantes e as comunidades envolvidas nos projetos.

Por considerar relevante a aceitação e o interesse da comunidade atendida no desenvolvimento do projeto de extensão, buscamos também observar a percepção dos coordenadores dos projetos em relação à participação (receptividade, apoio, envolvimento e mobilização) das comunidades beneficiadas pelos projetos extensionistas, uma vez que tais fatores podem impactar no envolvimento e até mesmo no nível de impacto das propostas de intervenção (Gaviraghi; Goerck; Frantz, 2019).

De acordo com os dados da pesquisa, 59% dos entrevistados avaliou a participação da comunidade como muito boa, 29% considerou a participação boa e 10% considerou a participação como normal. Dentre as respostas apresentadas pelos coordenadores dos projetos de extensão, apenas 2% considerou ruim.

A participação da comunidade local nos projetos de extensão foi questionada, visto que o protagonismo dos indivíduos impactados com a ação extensionista necessita ser explorado, transformando a comunidade como parte integrante do processo de mudança proposto com aquele projeto (Morais; Callou, 2017).



Identifica-se que este fator é importante e deve ser observado em futuros projetos de extensão, uma vez que reconhecer a adesão da comunidade à proposta do projeto favorece, ainda mais, a geração de resultados efetivos à determinada localidade. Deve-se, inclusive, após um processo de escuta da comunidade, observar as possíveis adaptações que podem ser realizadas (Correia; Akerman, 2015).

Outrossim, buscamos reconhecer a opinião dos coordenadores acerca das contribuições dos projetos de extensão com a comunidade beneficiada, de modo que os mesmos poderiam marcar mais de uma opção. Entre as respostas, o diálogo junto à sociedade foi mencionado por 63% dos entrevistados, seguido do compartilhamento de conhecimentos científicos e tecnológicos e de conhecimentos advindos das comunidades tradicionais (54%), a resposta a demandas e expectativas sociais (44%), a promoção da interação dialógica em favor da liberdade e emancipação dos indivíduos (41%) e o reconhecimento da sociedade em sua diversidade (37%).

Os participantes da pesquisa elencaram que a maior contribuição é o diálogo junto à sociedade. Essa assertiva está em consonância com a preocupação de que as instituições de ensino ultrapassem as barreiras e os muros que separam a comunidade da universidade e a universidade da comunidade (Freire, 2011; Serra; Rolim; Bastos, 2018).

Para isso, promover projetos de extensão que construam pontes para esse processo dialógico de escuta, de aproximação, de *feedback* e do reconhecimento de reais necessidades auxiliam as instituições a cumprirem sua missão institucional, os estudantes envolvidos nos projetos de extensão a aprenderem na prática a solucionar problemas sociais e, por sua vez, auxilia na resolução de problemas que afligem a comunidade (Correia; Akerman, 2015).

Essas iniciativas vão ao encontro das ideias preconizadas por Oliveira, Tosta e Freitas (2020) quando eles destacam que, na atualidade, os pilares universitários precisam estar alicerçados no diálogo e no enfrentamento com o conhecimento para que novas alternativas de pesquisa, formação e extensão, preocupadas com a responsabilidade social e com a promoção da universidade como bem público, possam ser geradas.

De fato, como trazem Morais e Callou (2017), é preciso adotar metodologias participativas que permitam uma relação mútua de confiança entre aqueles que são envolvidos com projetos de



extensão e a comunidade local para que haja a construção de um novo patamar de saberes, o saber interativo, dialógico e contextualizado.

Malgrado a existência de coordenadores que ou tiveram dificuldades ou não conseguiram perceber a relevância da comunidade na efetivação de um projeto de extensão, observa-se que a maioria dos participantes da pesquisa tem consciência do diferencial do envolvimento da comunidade e da importância da mesma para o sucesso dos projetos extensionistas, para a solução de problemas técnicos e tecnológicos e para a contribuição com o desenvolvimento da região (Gaviraghi; Goerck; Frantz, 2019), sendo esta última discutida a seguir.

A PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para uma melhor compreensão da percepção dos coordenadores de projetos de extensão sobre a relação entre a Extensão Universitária e o Desenvolvimento Local fez-se necessária a identificação, na concepção dos entrevistados, do que seria o desenvolvimento local.

Quando questionados sobre o desenvolvimento local, com a opção de assinalar mais de uma alternativa entre as cinco premissas apresentadas, destacaram-se a transformação social, cultural, econômica e política (premissa 1) assinalada por 74% dos entrevistados, e a melhoria da qualidade de vida (premissa 3), escolhida por 70% dos entrevistados. Em seguida tivemos o envolvimento do ser humano com principal beneficiário da mudança (46%), o aproveitamento de potenciais próprios (37%) e a valorização das capacidades, competências e habilidade internas (37%).

A identificação de que os participantes da pesquisa possuíam familiaridade com as premissas que regem o conceito de desenvolvimento local corroborou para a busca da compreensão da percepção dos coordenadores sobre a relação Extensão Universitária e Desenvolvimento Local.

Segundo Costa, Alperstedt e Andion (2021), o desenvolvimento territorial se relaciona à capacidade de potencializar os recursos locais, captar os aspectos negativos e transformá-los em projetos de desenvolvimento. Nessa perspectiva, buscou-se compreender a percepção dos coordenadores dos projetos de extensão entrevistados sobre a relação entre a Extensão Universitária e o Desenvolvimento Local.



Em nossa pesquisa, 94% dos participantes afirmou existir relação entre a Extensão Universitária e o Desenvolvimento Local. Os depoimentos de alguns participantes em relação à identificação de qual seria a relação existente entre a Extensão Universitária e o Desenvolvimento Local, representam essa percepção:

“Com os projetos de Extensão as IES podem atuar dialogando com os conhecimentos teóricos e práticos buscando a emancipação humana fomentando o desenvolvimento da localidade a partir da ampliação dos saberes.”

“Falo de desenvolvimento na perspectiva de aquisição de conhecimentos pelos sujeitos e diálogos com a academia para a melhoria de vida [...]”

“É através da extensão universitária que a academia pode investigar problemas reais da comunidade e atendê-los de forma rápida, viabilizando o seu desenvolvimento através de serviços e soluções de baixo custo.”

“A contribuição para o desenvolvimento local faz parte da responsabilidade social universitária [...]”

“Reconhecimento intrínseco da atuação cidadã para a evolução social, humana e profissional que impulsiona o desenvolvimento local.”

“[...] empoderamos a comunidade em possibilidade de mudanças em sua realidade [...]”

“[...] É através da extensão que o conhecimento técnico e científico chega à sociedade na forma de atendimento demandas reais e problemas concretos das pessoas.”

Desse modo, depreende-se que os projetos de extensão e o Desenvolvimento Local têm como cerne o fortalecimento de uma comunidade específica, uma vez que ambos são dependentes de um enriquecimento do tecido social dos territórios, associando-se à identificação de suas potencialidades (Dantas; Guenther, 2021). De fato, as agendas públicas e as instituições por elas responsáveis devem considerar o enfoque territorial e ultrapassar os entraves impostos por uma burocracia limitada ao ambiente interno em detrimento de uma valorização das vocações e dos recursos daquele território específico (Costa; Alperstedt; Andion, 2021).

A partir de estudos relacionados aos autores Ávila (2000, 2005, 2006, 2012), Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat (2009), Han (2009) e Sousa e Freiesleben (2018), com a adaptação dos conceitos de Desenvolvimento Local (DL), percebemos que algumas premissas que o definem são comuns ou similares. Portanto, adotamos nesta pesquisa cinco grandes premissas que consistem no DL: 1) um processo de transformação social, cultural, econômica e política onde os beneficiários são os indivíduos de uma determinada localidade; 2) um processo de envolvimento do ser humano como principal



beneficiário da mudança (sujeito de seu próprio desenvolvimento); 3) um processo de transformação voltada para a melhoria da qualidade de vida de um grupo de pessoas de uma determinada localidade; 4) um processo de aproveitamento de potenciais próprios inerentes à localidade; 5) um processo de valorização das capacidades, competências e habilidades internas.

Percebemos nessas dimensões um fator em comum que coaduna com a abordagem de Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat (2009) por retratarem o desenvolvimento local como um processo de transformação do sujeito como principal beneficiário da mudança, envolvendo a sua melhoria de qualidade de vida, o da coletividade, as pessoas da comunidade, o desenvolvimento cognitivo dos mesmos, o protagonismo do ser humano e o mesmo como sujeito de sua transformação e dos ambientes que atuam e vivem.

Os resultados dessa remodelação do ser humano com o envolvimento em projetos de extensão é parte integrante e responsável pelo Desenvolvimento Local, que requer um protagonismo ativo que modifica, opina, dialoga, representa e se reconhece como corresponsável das problemáticas sociais, políticas, culturais, tecnológicas, ambientais e econômicas (Dantas; Guenther, 2021).

Nessa esteira, percebe-se a comunidade local como sendo sua própria gestora, a partir das necessidades apontadas pela coletividade, sendo ela gerenciadora do seu próprio desenvolvimento e não se limitando às agendas públicas e as políticas governamentais que, algumas vezes, são impostas verticalmente sem a observância das particularidades da localidade e dos sujeitos que nela estão inseridos (Castilho; Arenhardt; Le Bourlegat, 2009).

Ferreira, Silva e Zanatta (2012) coadunam com essa visão ao reconhecer que, enquanto função acadêmica da universidade, ao afastar-se cada vez mais da concepção histórica assistencialista atribuída à extensão universitária, esta assume um papel participativo importante no processo de desenvolvimento local.

O reconhecimento, por parte da extensão, da função ativa e participativa da comunidade na construção e no desenvolvimento das atividades de extensão, bem como no seu processo de desenvolvimento, possibilita a troca mútua de informações e conhecimentos transmitidos entre as partes envolvidas (comunidade-universidade), capazes de oportunizar reflexões e ações pautadas no respeito e na compreensão das particularidades humanas e locais (Ferreira; Silva; Zanatta, 2012).



Ademais, dada a existência de coordenadores de projetos de extensão que não conseguiram identificar uma relação entre a extensão universitária e o desenvolvimento local, observa-se que a grande maioria dos participantes da pesquisa tem consciência da correlação existente entre os temas e da importância que a extensão possui para contribuir com a promoção do desenvolvimento local.

Essa percepção apresenta convergência com os estudos de Oliveira, Tosta e Freitas (2020) no sentido de que se faz necessária uma formação em extensão universitária, visto que os caminhos percorridos pela extensão foram marcados por rupturas, o que nos remete ao processo de curricularização da extensão.

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DOS PROJETOS DE EXTENSÃO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Observadas as premissas que abrangem o Desenvolvimento Local, de modo que fosse possível avaliar o potencial dos projetos de extensão na promoção do desenvolvimento local das comunidades por estes beneficiadas, os entrevistados foram questionados quanto à capacidade dos projetos em: 1) promover a valorização humana como sujeito de seu próprio desenvolvimento; 2) considerar o ser humano como beneficiário do próprio desenvolvimento; 3) promover a melhoria da qualidade de vida de um grupo de pessoas; 4) promover a valorização das capacidades, competências e habilidades locais; 5) promover a transformação social, cultural, econômica e política, onde os beneficiários são os indivíduos de uma determinada localidade; 6) promover o aproveitamento de potenciais próprios inerentes à localidade.

A VALORIZAÇÃO HUMANA E O ENVOLVIMENTO DO SER HUMANO COMO SUJEITO/BENEFICIÁRIO DO PRÓPRIO DESENVOLVIMENTO

A maioria dos entrevistados, 59% e 74%, respectivamente, afirmou que os projetos de extensão desenvolvidos sob a coordenação dos mesmos foram capazes de promover a valorização humana e de considerar o ser humano como sujeito de seu próprio desenvolvimento.

Reconhecer a relação dos projetos de extensão com o desenvolvimento local como aquele que permite o envolvimento do ser humano sendo o principal sujeito do seu próprio desenvolvimento, e impactado com a mudança, é enfatizar a relevância da participação das comunidades nos projetos, seja de forma individual ou coletiva (Castilho; Arenhardt; Le Bourlegat, 2009), como apontam os participantes através dos seus depoimentos a seguir.



“Com os projetos de Extensão as IES podem atuar dialogando com os conhecimentos teóricos e práticos buscando a emancipação humana.”

“Desenvolvimento pessoal na melhoria que afeta diretamente a comunidade.”

“Reconhecimento intrínseco da atuação cidadã para a evolução social, humana e profissional que impulsiona o desenvolvimento local.”

“[...] empoderamento das pessoas frente a mudança tecnológica que o mundo passa.”

“A extensão permite a apropriação pela comunidade do conhecimento científico produzido pela comunidade acadêmica e a sua conversão a favor do seu desenvolvimento e evolução.”

Compreende-se, então, a partir das percepções apresentadas, que existe, por parte da extensão, uma preocupação com a humanização e a sustentabilidade das tradições locais e com o modo de vida das pessoas que habitam nas respectivas comunidades.

Ferreira, Silva e Zanatta (2012) destacam que os temas geradores dos projetos de extensão devem nascer ou ser alterados dentro da própria comunidade trabalhada, de acordo com os anseios e as demandas prioritárias apontadas por ela. O caráter dialógico oriundo dessa prática demonstra que a troca de saberes promovida pela extensão possibilita uma maior promoção da autonomia, emancipação e valorização da cultura local.

Diante disso, reforça-se o engajamento dos indivíduos e grupos para que, a partir do seu desenvolvimento como sujeito humano, social e profissional, possa promover um processo de autodesenvolvimento e desenvolvimento coletivo com estratégias formativas dos atores sociais envolvidos (Correia; Akerman, 2015). Os depoimentos dos participantes a seguir corroboram com essa visão:

“A extensão Universitária na comunidade é muito importante para que conhecimento acadêmico ajude a desenvolver alternativas para ajudar a sanar os problemas e carências da comunidade.”

“Novos conhecimento e aplicação prática como extensão para família”

“A realização de projetos de pesquisa e extensão realizados pelos alunos na comunidade promove reflexão do discente quanto as necessidades das comunidades, buscando o desenvolvimento de produtos, técnicas e promoção de atividades de transformação da comunidade que está inserida.”

“[...] Proporcionaram também uma maior autonomia dos usuários, suas famílias, sua comunidade e dos atores da Rede de Atenção Psicossocial no enfrentamento e protagonismo ante as questões socioculturais relacionadas ao processo saúde-adoecimento mental. [...]”

“Aplicação das ações e tecnologias abordadas no Projeto de Extensão nas comunidades atendidas para sua emancipação e defesa do meio ambiente.”



Em conformidade com o que assegura Vieira (2013), deve-se formar o indivíduo para ser o responsável pela transformação, ao invés de permanecer aguardando por soluções de atores externos que nem possuem a vivência local e os interesses podem divergir do daquela comunidade.

À vista disso, a partir do entendimento de que os projetos de extensão promovem a valorização humana através de uma relação comunicativa dialógica, não se resumindo, apenas, à transferência de saberes interpostos e sobrepostos, respeita-se e reconhece-se a importância dos sujeitos envolvidos e valoriza-se o seu papel no processo de desenvolvimento local (Ferreira; Silva; Zanatta, 2012). Por isso, as relações entre os projetos de extensão e o desenvolvimento local perpassam pela capacidade de formar o sujeito para ele ser responsável pelo seu próprio desenvolvimento.

A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS

A maioria dos entrevistados (66%), afirmou que os projetos de extensão desenvolvidos foram capazes de promover totalmente (66%) ou em parte (32%) a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Han (2009) afirma que o desenvolvimento local engloba a emancipação social e econômica das comunidades locais, transformando-as em protagonistas e capazes de buscar as melhorias para o bem da coletividade. Essas melhorias podem ser de baixa, média ou alta complexidade e estarem relacionadas às situações de vulnerabilidade social, pobreza, desemprego, falta de acesso à educação, aos conhecimentos tecnológicos e às dificuldades de sanar problemas locais, de modo que o conjunto de transformação e impactos causados possam permitir uma melhor qualidade de vida à população (Diniz; Vieira, 2015).

Percebemos, nos depoimentos a seguir, como os participantes corroboram com essa visão.

“O acesso à informação, educação e esclarecimento de dúvidas pertinentes a essa população melhora sua qualidade de vida”.

“[...] a extensão Universitária é responsável pela popularização da ciência e do grande benefício do conhecimento para melhoria da qualidade de vida.”

“Relacionar os estudos científicos com as práticas sociais e tentar contribuir para a melhoria da vida da comunidade.”

“Com fito para cuidados em saúde e qualidade de vida.”

“Capacitação dos recursos humanos e melhoria da qualidade de vida.”

Identifica-se, então, a partir dos fragmentos apresentados, um alinhamento com o que é apresentado por Paula (2013) quando o autor enfatiza que a extensão possui o compromisso



de dialogar com a sociedade, de responder às suas demandas e expectativas e de reconhecer a sociedade em sua diversidade como sujeitos de direitos e deveres e como portadores de valores e culturas legítimas. E, ainda, com o papel que a extensão possui de construir uma relação de compartilhamento entre os conhecimentos científicos e tecnológicos na perspectiva da interação dialógica em prol da liberdade e emancipação dos indivíduos (Dantas; Guenther, 2021).

Assim, considerando se tratar este desenvolvimento de um processo endógeno emancipatório e que medidas diretas ou indiretas podem resultar em soluções para os desequilíbrios socioeconômicos e o empoderamento do sujeito da localidade, pode-se afirmar que os projetos de extensão são capazes de propiciar ou ser um propulsor para a qualidade de vida dos indivíduos de uma determinada localidade e comunidade (Ávila, 2012; Diniz; Vieira, 2015).

A VALORIZAÇÃO DAS CAPACIDADES, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES INTERNAS

A maioria dos entrevistados afirmou que os projetos de extensão desenvolvidos foram capazes de promover totalmente (53%) ou em parte (35%) a valorização das capacidades, competências e habilidades internas da localidade.

Para se construir um ambiente que vise ao protagonismo do sujeito local, é imprescindível desenvolver medidas que contemplem ou ampliem as capacidades, competências e habilidades internas, ou seja, a busca de um enriquecimento contextualizado em conformidade com as peculiaridades daqueles que estão inseridos nas comunidades e envolvidos com os projetos (Han, 2009).

Os depoimentos a seguir revelam a visão dos participantes quanto às contribuições da extensão universitária na promoção do desenvolvimento local, a partir da valorização das capacidades, competências e habilidades locais.

“[...] permite a interação entre o conhecimento desenvolvido na academia e outros saberes (como, por exemplo, aqueles pertencentes a comunidades específicas, como povos originários/indígenas, quilombolas, ribeirinhos, do campo...), bem como proporciona o atendimento a demandas locais.”

“A partir do desenvolvimento dos projetos empoderamos a comunidade em possibilidade de mudanças em sua realidade como também conseguimos levar para os profissionais que estão atuando o que vem sendo discutido nas academias.”

“Trocas de conhecimentos e construção compartilhada de saberes.”



“[...] É preciso aproximar ainda mais essa relação de produção do conhecimento com os detentores da prática que o cidadão convive. Essa relação é extremamente rica para ambas as partes, pois ao mesmo modo que levamos experiências que facilitem o cotidiano desses parceiros, também eles nos alimentam de experiência vivida e que passarão a nortear nossas ideias e conhecimentos.”

Diante dos discursos supracitados, reconhece-se a educação e a sua capacidade transformadora, como o caminho para o melhor desenvolvimento das capacidades, competências e habilidades internas do sujeito, como um ser social que se molda aos cenários de acordo com as condições necessárias para ser o diferencial de uma localidade específica, por meio do diálogo com a instituição educacional (Freire, 2011; Ávila, 2012; Gadotti, 2017).

Segundo Serra, Rolim e Bastos (2018, p. 21), o sucesso no processo de desenvolvimento regional e local é a adoção de um desenvolvimento endógeno que está “intimamente inter-relacionado com as experiências de planejamento participativo e tem como objetivo colateral promover o desenvolvimento da cidadania e a organização sociopolítica das comunidades”.

Nessa perspectiva, a natureza endógena emancipatória, promovida pela busca de novos saberes, torna o indivíduo capaz de melhorar as dinâmicas de desenvolvimento de forma participativa e atuante, assim como criar medidas para modificar os rumos de cada comunidade-localidade (Ávila, 2012).

A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, CULTURAL, ECONÔMICA E POLÍTICA

A maioria dos entrevistados afirmou que os projetos de extensão desenvolvidos sob a sua coordenação foram capazes de promover totalmente (43%) ou em parte (49%) a transformação social, cultural, econômico e político, onde os beneficiários foram os indivíduos de uma determinada localidade.

A promoção do desenvolvimento de uma localidade está intrinsecamente relacionada à multidimensionalidade que envolve questões sociais, culturais, econômicas e políticas, que integram os atores sociais inseridos nela, garantindo a coesão das práticas, vocações, alianças e identidades. Assim, a transformação promovida por ações que buscam o desenvolvimento local tem os indivíduos daquela comunidade como principal beneficiário da mudança, por isso, é necessário respeitar as suas respectivas características identitárias (Martins; Chagas, 2021). Esses aspectos podem ser percebidos nos depoimentos dos participantes:

“Trazer a comunidade para temáticas importantes como a diversidade cultural que vai além do cotidiano delas.”



“Através da extensão podemos compartilhar com a comunidade o que é produzido dentro das IE a nível de pesquisa e ensino.”

“Como nosso projeto visava à ampliação do acesso a bens culturais (cinema), pudemos usar as instalações e equipe do campus para criar um espaço de vivências. O “desenvolvimento local” ao qual me refiro na questão anterior é possibilitar esse momento de fruição e reflexão sobre o cinema, e todas as questões que vêm no bojo das produções cinematográficas. [...]”

Observa-se, nos discursos, que os projetos de extensão fortalecem o desenvolvimento local, quando asseguram uma proposição de diversidade cultural e valorização das potencialidades e dos bens culturais, e são capazes de engendrar troca de saberes, experiências e equipamentos trazidos a partir das relações institucionais que ampliam a capacidade dos atores sociais locais (Gadotti, 2017).

A concepção de Desenvolvimento Local (como processo de desenvolvimento cultural e socioeconômico emergente de dentro-para-fora da própria comunidade-localidade, em escala emancipatória que a alce à condição de sujeito e não de mero objeto mesmo - que - participante desse processo) só agora vem chegando à tona de maneira sistematicamente trabalhada, razão pela qual as instâncias públicas e privadas do Brasil e de quaisquer outros países ainda não tiveram oportunidade e sequer preocupação de vincarem a essência lógica do DL endógeno emancipatório em suas políticas e programações institucionais (Ávila, 2006, p. 138).

Diante disso, segundo Ávila (2012), este desenvolvimento emerge da aprendizagem de modificações de uma cultura acumulada, composta por símbolos, ideias e produtos materiais de um sistema social. Acarretando-se, com isso, em avanços para a comunidade e a localidade por meio de soluções, ações criativas e que estimulem a autonomia e a capacidade de trilhar caminhos em busca do seu próprio desenvolvimento (Ávila, 2012; Vieira, 2013).

A transformação multidimensional e o desenvolvimento local provocados pelo fortalecimento dos fatores sociais, culturais, econômicos e políticos das comunidades locais, também foram elencados como produtos oriundos da realização dos projetos de extensão e de sua capacidade de englobar conhecimentos técnicos e científicos materializados na resolução de demandas reais e pontuais da localidade:

“Além do reconhecimento das ações desenvolvidas nas instituições de ensino pela população local, fazendo com que se desenvolva uma relação de confiança na prática educacional dessas instituições, as extensões buscam soluções pontuais aos problemas vistos na localidade.”

“[...] É através da extensão que o conhecimento técnico e científico chega à sociedade na forma de atendimento de demandas reais e problemas concretos das pessoas.”

Diante disso, essa capacidade de intervir em problemas de uma comunidade local, por meio de projetos de extensão, e, por sua vez, facilitando a abertura dos ambientes institucionais da instituição de



ensino para acesso às comunidades, e as comunidades para acesso às instituições de ensino, permite a criação de uma rede social de suporte e sustentação da *práxis* educativa na cotidianidade (Correia; Akerman, 2015; Serra; Rolim; Bastos, 2018).

O APROVEITAMENTO DE POTENCIAIS PRÓPRIOS INERENTES À LOCALIDADE

A maioria dos entrevistados afirmou que os projetos de extensão desenvolvidos sob a sua coordenação foram capazes de promover totalmente (34%) ou em parte (47%) o aproveitamento de potenciais próprios inerentes à localidade.

Martins, Vaz e Caldas (2010) revelam que os significados que abarcam o desenvolvimento local e os projetos de extensão podem ser caracterizados pelo reconhecimento dos potenciais de cada localidade, para realizar soluções adaptadas e capazes de estimular o potencial dos indivíduos da comunidade.

Foi possível associar, por meio dos depoimentos dos participantes a seguir, que não há como se pensar globalmente, sem compreender o local, respeitando suas especificidades, vocações locais e culturais e os arranjos produtivos locais:

“[...] fomentando o desenvolvimento da localidade a partir da ampliação dos saberes”.

“Não podemos pensar global, sem compreender o local. A lógica ser para qualquer dimensão voltada a noção de desenvolvimento. A extensão atua no campo do universo acadêmico-científico-cultural em consonância com a localidade, quando é possível.”

“Possibilitar os agentes rurais tornarem seus rebanhos mais produtivos, tornando-se competitivos no mercado e socialmente engajado na atividade.”

“Acredito que as instituições devem produzir conhecimento atendendo às necessidades dos arranjos locais, de maneira que esse diálogo com a comunidade, além de contribuir com a produção múltipla e diversa, ajuda também a nortear as ações dessas instituições para o atendimento às demandas sociais.”

“[...] Pensar demandas locais a partir de seus contextos. Aplicar e desenvolver novos conceitos e saberes acadêmicos e se deixar afetar por saberes comunitários não institucionalizados.”

Assim, os participantes concordam com o potencial dos projetos de extensão em reconhecer, despertar e mobilizar a capacidade das comunidades locais em prol do progresso de diferentes dimensões a que estejam relacionadas a temática ou os objetivos de impacto de cada projeto (Correia; Akerman, 2015). Além de identificados, esses potenciais também podem ser estimulados com ações que visem promover a aprendizagem de novos saberes capazes de ampliar a capacidade cognitiva dos sujeitos (Ávila, 2000).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseados nos resultados da presente pesquisa, percebemos que os coordenadores reconhecem que o ser humano é o principal beneficiado do desenvolvimento local e que sua transformação direta ou indireta deve se constituir como parte integrante dos projetos de extensão para que se tenha, de fato, um impacto social efetivo. Ressaltamos que, quando há um real envolvimento da comunidade seja no projeto extensionista seja na construção do desenvolvimento local, resultados efetivos são favorecidos para os envolvidos, comunidades, instituição, estudantes e coordenadores dos projetos.

As transformações provocadas pelos projetos de extensão têm significados importantes para afirmar que estes proporcionam um desenvolvimento local quando há uma preocupação com os envolvidos, com os processos formativos, com a identificação das reais necessidades e com uma participação local efetiva.

A identificação das percepções dos coordenadores dos projetos de extensão ora apresentadas nos faz acreditar no potencial das atividades extensionistas desenvolvidas em promover o desenvolvimento local das comunidades. Esse entendimento nos faz perceber que a extensão tem se apresentado como um instrumento de interação dialógica por meio da qual são asseguradas múltiplas possibilidades de transformação.

Nesse sentido, percebemos que, através de seus projetos, a extensão demonstra um potencial de intervenção nas localidades a partir da construção de soluções inovadoras capazes de atenuar problemas que afligem a população.

Como alguns coordenadores ainda não associam os projetos de extensão ao desenvolvimento local e, tendo em vista que se trata de aproximações teóricas e práticas significativas, identificamos a necessidade de práticas formativas em extensão universitária que possibilitem elencar a importância e os fatores de desenvolvimento local, para que, na construção dos projetos, sejam considerados esse impacto com uma assertiva ainda maior.

Dada a limitação da pesquisa em identificar apenas a percepção dos coordenadores dos projetos de extensão, o que nos impediu de identificar as contribuições da extensão universitária sob a ótica das comunidades beneficiadas, o estudo carece de uma investigação in loco para confrontar os resultados apresentados a partir das duas concepções: coordenadores e comunidades.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos coordenadores dos projetos de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco participantes dessa pesquisa e ao CNPq pela bolsa de produtividade de Mariana Guenther (CNPq 317375/2021-0)

REFERÊNCIAS

ÁVILA, V. F. Pressupostos para a formação educacional em Desenvolvimento Local. **Interações**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.

ÁVILA, V. F. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: UVA, 2005.

ÁVILA, V. F. Realimentando discussão sobre teoria de desenvolvimento local (DL). **Interações**, Campo Grande, v. 8, n. 13, p. 133-140, set. 2006.

ÁVILA, V. F. Dupla relação entre educação e desenvolvimento local (endógeno-emancipatório). **Paidéia**, Belo Horizonte, v. 9, n. 12, p. 13-49, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, de 12 de dezembro de 2012.

CASTILHO, M. A.; ARENHARDT, M. M.; LE BOURLEGAT, C. A. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 159-169, jul./dez. 2009.

CORREIA, R. L.; AKERMAN, M. Desenvolvimento local participativo, rede social de suporte e ocupação humana: relato de experiência em projeto de extensão. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 159-165, 2015.

COSTA, T. da; ALPERSTEDT, G. D.; ANDION, C. Dimensões da abordagem territorial do desenvolvimento: uma proposta conceitual. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 17, n. 2, jun. 2021.

DANTAS, M. W.; GUENTHER, M. University Outreach and Local Sustainable Development: a literature review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 6, p. e23010615243, 2021.

DINIZ, C. C.; VIEIRA, D. J. Ensino Superior e Desigualdades Regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 129, p. 99-115, jul./dez. 2015.

DINIZ, L. F. A. C.; SOUSA, G. M. C. de; SOUZA, D. M. O. R. de. As Instituições de Ensino Superior e seus interlocutores quanto à percepção nas ações extensionistas. **Revista de Educação Popular**, v. 20, n. 1, p. 140-159, 2021.

FERREIRA, R. M.; SILVA, F.; ZANATTA, R. Da dialogicidade entre universidade e comunidade: um estudo de caso da



extensão universitária a partir do exercício da democracia dialógica na pesquisa-ação. **Caderno Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2012.

FONTANELLA, B. J. B.; LUCHESI, B. M.; SAIDEL, M. G. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R.; MELO, D. G. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 389-394, fev. 2011.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus. 2012. 68p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>.

FREIRE, S. M. Desafios da Extensão Universitária na Contemporaneidade. **Revista Conexão**, Ponta Grossa, v. 07, p. 08-15, 2011.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

GAVIRAGHI, F. J.; GOERCK, C.; FRANTZ, W. As incubadoras do Rio Grande do Sul na base de fomento da práxis emancipatória: algumas problematizações. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 2, p. 461-473, abr./jun. 2019.

HAN, G. W. S. Desenvolvimento local: os desafios frente à globalização hegemônica. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v. 2, n. 2, abril 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – IFPE. **Relatório de Gestão do IFPE**. Recife. 2019. 110p. Disponível em: https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ifpe-2019_tcu.pdf.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – IFPE. **Relatório de Gestão do IFPE**. Recife. 2020. 112p. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ifpe-2020.pdf>.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, M. P.; CHAGAS, P. B. Território, Territorialização e Territorialidade: proposta de Avanço de chaves teóricas para a análise da(s) dinâmica(s) das cidades. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 314-325, mai./ago. 2021.

MARTINS, R. D.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 3, p. 559-590, 2010.

MORAIS, J. A.; CALLOU, A. B. F. Metodologias participativas e desenvolvimento local: a experiência do Projeto Dom Hélder Câmara no assentamento Moacir Lucena. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 165-177, jan./mar. 2017.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: UFG, 2011, 72p.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, v. 11, n. 3, p. 8-27, 2015.

OLIVEIRA, C. V. N. C. de; TOSTA, M. de C. R.; FREITAS, R. R. de. Curricularização da extensão universitária: uma análise bibliométrica. **Brazilian Journal of Production Engineering**, v. 6, n. 2, p. 114-127, 2020.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces – Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul./nov. 2013.



SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A. P. **Universidades e Desenvolvimento regional**: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018.

SOUSA, F. E.; FREIESLEBEN, M. A educação como fator de desenvolvimento regional. *Revista da FAE, Curitiba*, v. 21, n. 2, p. 163-178, jul./dez. 2018.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Metodologia da pesquisa**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

VIEIRA, P. F. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 119-141, jul./dez. 2013.

